

## Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 200 da 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 25 de novembro de 2010, com início às 14:07 horas, na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, na Avenida Visconde Taunay 950, com a presença dos conselheiros estaduais: Tércio Albuquerque (SETP), Elietti de Souza Vilela (SETP), Elias Martins (SRTE-MTE), Karl Udo Heinrichs (CGTB), Carlos André Ferreira da Silva (UGT), Klaus Dias Kuhnen (FAEP), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), Denílson Pestana da Costa (NCST), dos conselheiros municipais de Ponta Grossa, Luiz Gustavo de Carvalho, Paulo Roberto Veiga, Paulo Francisco Reusing, do Prefeito Municipal de Ponta Grossa SR. Pedro Wosgrau Filho, do ex Secretário de Estado-SETP Pe. Roque Zimmermann, do Chefe do E.R. Ponta Grossa Roberson Stanislawzuk Grande, dos Secretários Municipais, Zelia Maria Lopes Marochi, João Luiz Kowaleski e demais convidados realizou-se a 169ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1) Abertura; 2) Aprovação da Ata Anterior; 3) Assinatura da Resolução 299/2010-Consolidação das Normas Operacionais Básicas do SPTER no Paraná; 4) Transferência patrimonial (mobiliários, equipamentos, materiais, maquinários e um veículo), descritos na relação anexa, do Estado para o Município de Ponta Grossa pelo Secretário Estadual do Trabalho; 5) Aprovação pelos Conselhos Estadual e Municipal do Trabalho do Projeto de Lei que cria a Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Renda e Qualificação Profissional; 6) Aprovação pelos Conselhos Estadual e Municipal do Trabalho do Projeto de Lei que cria a I Conferência Municipal do Trabalho no Município de Ponta Grossa; 7) Aprovação pelo Conselho Estadual do Trabalho pela inclusão de um representante de Ponta Grossa como membro do Conselho Estadual do Trabalho; 8) Informes Gerais.

1) Abertura: De posse das justificativas dos conselheiros Sandra Regina de Oliveira Garcia (SEED), Cândida de Carvalho Junqueira (SEED), David Claret Bueno (SESA), Celeste Maria de Oliveira Ribeyre (SESA), Gunther Furtado (BRDE), João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO), José Toaldo Filho (FIEP), Priscilla F. Caetano (FIEP), Ernane Garcia (CUT), Iela e David Claret Bueno, o Presidente Tércio Albuquerque (SETP) saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 169ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a Ata de nº 197, referente à 167ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho. O Presidente Tércio Albuquerque informou a todos que devido a compromissos assumidos anteriormente teria que ausentar-se, solicitando a indicação de um membro do CET para substituí-lo, por unanimidade foi indicado seu antecessor João Francisco Zafanelli Cubas.

3) Apresentação da Divisão de Certificação Profissional: Maria Augusta Araújo saudou a todos falando de programas e projetos inovadores que estão em fase de desenvolvimento pela Divisão de Certificação Profissional-DCP, dentre os quais: Polos Presenciais: Maria Augusta disse que o projeto tem por finalidade a elaboração para implantação e instalação de polos presenciais nas Agências do Trabalhador, para tanto, buscou-se parceria com Instituto Federal do Paraná-IFPR, que é uma instituição pública e gratuita de educação profissionalizante. Falou também, da realização de uma oficina de planejamento com a equipe técnica da SETP onde foram levantadas as demandas existentes. Manifestou-se então, interesse de integração aos Polos Presenciais do IFPR. Maria Augusta disse que a rede do IFPR constitui-se de 411 polos presenciais no estado, presentes em 263 municípios. Após levantamento com técnicos e chefes de E.R foi solicitado que os mesmos indicassem as Agências do Trabalhador que teriam espaço físico e condições de receber os equipamentos para os Polos Presenciais, sem que demandassem maiores investimentos, resultando em 104 Agências do

Trabalhador aptas, até o momento, para recebe-los. O valor unitário estimado para a implantação seria de R\$ 3.333,00 referente à aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação.

Passaporte para o Trabalho: tem por finalidade adotar procedimentos operacionais que reduzem o tempo de espera para qualificar ou requalificar os trabalhadores inscritos no SPTER, para reinserção no mundo do trabalho, oferecendo a oportunidade imediata de qualificação ao público prioritário, ou seja, o acesso às mulheres chefes de família; trabalhadores com mais de 40 anos, trabalhadores com dificuldade de retorno ao mercado de trabalho, pessoas com deficiência em idade laboral e desempregados a mais de 6 meses. Maria Augusta explicou que a executora seria contratada por meio de credenciamento, disse que o edital está pronto podendo as executoras se credenciarem na SETP, explicou que o credenciamento será por setor econômico, e após a certificação poderão registrar a programação e posteriormente será entregue um vale (voucher) para que o trabalhador possa ingressar em uma turma, sendo assim, o estado irá remunerar por hora/aula/aluno. A execução é que aconteça, na medida do possível, no ano de 2010, com início em Curitiba.

Gunther pergunta quais seriam os critérios de seleção? Maria Augusta disse que será por meio de avaliação profissional e levantamento da demanda do trabalhador e da demanda de vagas.

Celeste sugeriu o planejamento das áreas e a distribuição das demandas, estabelecendo critérios para não privilegiar nenhum segmento econômico.

Carlos André disse que o CET precisa saber para onde vão as vagas, e o prazo de início e término dos cursos para que não haja evasão, pois no fim do ano é difícil adesão para cursos. Maria Augusta disse que deve ser feito estudo de mercado maior e melhor para que a ideia seja aprovada e implementada no próximo governo.

Roberto acha que a montagem do critério é fundamental para o sucesso do programa, solicitando que colocasse como item de pauta na próxima reunião.

Certificação Profissional: Maria Augusta explicou que é uma política pública prevista no âmbito do SPTER, de inclusão social e educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem, e Formação Inicial e Continuada – FIC, informou a todos que será firmado um convênio entre o IFPR e a SETP, tendo como base legal a Lei de Diretrizes e Bases nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008.

Ildemar Borges demonstrou preocupação com os trabalhadores que não possuem a certificação e nem escolaridade, perguntando a Maria Augusta como seria feito o complemento e adequação do trabalhador, para que ele possa completar a escolaridade que o mercado exige. Maria Augusta respondeu que para a certificação é necessário ter a escolaridade básica, mas a orientação é que o trabalhador seja encaminhado para a educação jovem adulto/EJA e a educação a distância.

O Conselheiro Ildemar Borges perguntou como serão qualificados os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho? E como será feito com o trabalhador que já está no mercado formal? Ildemar citou o exemplo de pedreiro que adquiriu o conhecimento ao longo do tempo mas lhe falta a certificação e a escolaridade. Questionou sobre a motivação para prender o trabalhador, pois o mesmo trabalha 8 horas por dia e muitas vezes faz horas extras. Maria Augusta achou interessante os questionamentos, disse que uma das alternativas seria o empregador se sensibilizar, outra requer um esforço maior do trabalho e talvez a solução seria o ensino a distância, disse que um dos pilares do IFPR é a flexibilidade para atender às demandas existentes. Maria Augusta propôs levar a preocupação do CET para que os empresários se conscientizem e possam dar motivação ao trabalhador e condições para que o mesmo possa atingir os objetivos de qualificação.

Udo complementou que há necessidade de envolver os patrões sobre a questão da motivação, para que todos se beneficiem no final, e que possa acontecer a efetividade do projeto.

Carlos André ratificou o questionamento de Ildemar dizendo que muitas vezes o trabalhador tem o tempo todo ocupado e há de se pensar em uma forma de trazê-lo para a sala de aula.

Leila perguntou se foi avaliado o projeto "Escola de Fábrica", e se há possibilidade de "link" com o projeto do Ministério da Educação? Maria Augusta disse que existe esse projeto, mas a prioridade é a realização da rede CERTIFIC, propôs-se fazer um estudo e pesquisa sobre a possibilidade dessa parceria.

4) Apresentação da Divisão de Documentação do Trabalhador: Jussara Stamato saudou a todos informando da criação da Divisão de Documentação do Trabalhador-DDOC, uma implementação das políticas públicas no âmbito do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda-SPTER, para emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, visando preservar e ampliar a formalização do trabalho, combatendo a informalidade e preservando os direitos trabalhistas e previdenciários do trabalhador, competirá a Divisão de Documentação do Trabalhador a coordenação, o gerenciamento e a emissão da CTPS. Jussara disse que esse processo já acontece em 65 Agências do Trabalhador, mas a meta será a implantação em 245 Agências do SPTER, falou ainda, que o Convênio foi assinado havendo necessidade de treinamentos e credenciamentos dos funcionários e somente após a formalização, dar-se-á o início da operacionalização das mesmas. Jussara disse que o agendamento para emissão da CTPS será on line e o lançamento acontecerá em Curitiba.

5) Análise do Caged: Márcia Dias Ramos apresentou dados do Caged nos períodos de janeiro de 1.999 a setembro de 2.000 dos seguintes setores:

-Administração Pública: Observou-se crescimento positivo nos anos seguintes a 1.999 chegando em 2.010 com saldo positivo de 122 empregos, gerando taxa de variação de emprego de 0,32%. Analisando o gráfico da taxa de evolução verificou-se que não obtivemos um perfil muito bom no setor, pois o mesmo foi negativo, chegando a - 51,6 em 2.010.

Agropecuária: Iniciou em 1.999 com 6.428 de saldo tendo picos nos anos de 2000, 2001 e 2003 e até setembro de 2010 chegamos a 5.416. as taxas variaram praticamente na mesma proporção chegando a 5,16% em 2.010. Houve crescimento em relação a 1.999 em todos os anos não havendo nenhuma taxa negativa quanto ao número de admitidos.

Comércio: Márcia apresentou índices mais expressivos que os setores anteriores, sendo este o setor que mais cresceu nos últimos anos. A pesquisa iniciou-se em 1.999 com 82 de saldo chegando a 22.994 em 2.010, com taxa de variação inicial em 1.999 com 0,03% chegando a 4,39% em 2.010. A evolução do crescimento apresentou-se forma linear crescente chegando em 2.010 com 140,8% a mais de admitidos em relação a 1.999, demonstrando assim, ótimo crescimento no setor.

Construção Civil: Setor com grande crescimento, iniciou em 1.999 com saldo negativo de 7.404 chegando a 2.010 com saldo de 21.540 admitidos a mais do que demitidos durante o período estudado. A variação chegou ao pico em 2.008 com 24,24% e 2.010 com 17,35%. Demonstrando assim, o crescimento do setor que obteve a taxa de crescimento elevada com 184,2% em relação a 1999 e teve um crescimento de quase 80% em relação ao ano passado.

Indústria Extrativa Mineral: Márcia informou que as taxas de variação de emprego no setor são flutuantes, iniciando com 0,49% negativos em 1.999 e chegando em 2.010 a 5,95%. Verificou-se ainda que em 2.010 houveram 72,4% a mais de admitidos em relação a 1.999.

Indústria da Transformação: Apresentou dados significativos com saldo de 48.870 empregos, taxas flutuantes com pico em 2004, chegando em 2.010 a 7,92%, com tendência de crescimento futuros.

Serviços Ind.Util Pública: Em 1999 iniciou com números negativos, ou seja, mais desempregados que empregados no setor, observando crescimento a partir de

2.002 chegando a 343 em 2.010.

Serviços: Apresentou o saldo de empregos que chegou a 49.499 em 2.010, com taxas elevadas chegando a 6,42% em 2.010, chegando a 153,9% de crescimento em 2.010, demonstrando um crescimento linear ao longo dos anos.

Finalizou falando do total dos setores, observou-se crescimento em todos os anos a partir de 1.999, tendo como ápice o ano de 2008 com 154.896 de saldo.

Resultando variação de emprego de 6,78% ficando abaixo apenas dos anos de 2008, 2007 e 2004. Observou-se crescimento de todos os setores, chegando ao 2010 com 148,8% em relação ao ano de 1.999.

6) Proposta do Gupo do Trabalho Decente: ítem transferido para momento oportuno.

7) Remanejamento de Recursos do Convênio firmado entre o município de Ponta Grossa e o Ministério do Trabalho e Emprego/MTE: O Sr. Carlos Adriano dos Santos, representante da Agência do Trabalhador de Ponta Grossa, falou que durante o processo de municipalização da Agência de Ponta Grossa foram alocados recursos em vários locais para que pudesse ser efetuado o processo junto ao Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, percebeu-se, no entanto, que no decorrer do período alguns recursos foram alocados em campos que não seriam utilizados, um exemplo é o ítem combustível pois o mesmo será fornecido pela Prefeitura de Ponta Grossa. Informou ainda, que o Conselho Municipal do Trabalho aprovou o remanejamento no dia 27/10/2010 faltando a anuência do Conselho Estadual do Trabalho. O Diretor Nilton César Ramos Gomes disse que já está sendo licitado material de consumo e equipamentos, faltando ainda, o remanejamento das despesas, e para tanto há necessidade de relocação de recursos. O Gerente da Agência do Trabalhador Antônio Laroça Neto falou que é servido diariamente café da manhã para 400 trabalhadores em parceria com uma unidade de produção. Citou a parceria com a Secretaria de Saúde do Município, por meio do Programa de Saúde do Trabalhador, para possibilitar a inserção no mercado de trabalho das pessoas que venham a precisar de algum tratamento de saúde. No setor de qualificação profissional falou da parceria com a iniciativa privada, onde obtiveram parcerias com diversos setores da economia para atender a demanda com a qualificação profissional, e absorver os qualificandos no mercado de trabalho. Laroça disse também, que o município está cumprindo com todos os prazos exigidos, mas encontram dificuldades na área burocrática.

Karl Udo sugeriu que o remanejamento de um dos itens, no caso de comunicações, simpósio, congresso, pudesse ser feito por meio de parcerias. Laroça respondeu que a dificuldade seria na estrutura física para esse tipo de evento. Carlos André perguntou sobre as parcerias da Agência de Ponta Grossa com o setor de qualificação. Laroça disse que depende da demanda empresarial e a necessidade do mercado, citou o exemplo de "pedreiro" disse que o conhecimento é empírico e não acadêmico, e por meio de parcerias com empresários do setor chegou a solução de qualificar os trabalhadores necessários, para suprir a demanda existente.

Laroça sugeriu outras discussões que redundam na área do trabalho, exemplificou a área de saúde e da educação. Celeste sugeriu que fosse procurado o setor da área de saúde chamado SEREST para contribuir com palestras para a Agência de Ponta Grossa.

Os conselheiros Carlos André, Gunther, Celeste e Toaldo parabenizaram o trabalho que está sendo realizado no município de Ponta Grossa.

Após explicações foi assinada a Resolução 300/2010-CET aprovando o Remanejamento de Recursos do Convênio firmado entre o município de Ponta Grossa e o Ministério do Trabalho e Emprego/MTE.

Roberto agradeceu a participação da equipe e parabenizou-os pela gestão, falou que o Conselho Estadual do Trabalho tem a proposta de fazer reuniões itinerantes para conhecer a realidades dos municípios, o CET deliberou para que a reunião de novembro fosse realizada em Ponta Grossa no dia 25/11/2010. Klauss solicitou que caso haja algum imprevisto a SETP avise aos Conselheiros com 15 dias de

antecedência para que todos possam se programar.

8) Informes: Karl Udo solicitou esclarecimentos sobre a cópia apresentada pela Divisão de Documentação ao Trabalhador sobre o Termo Aditivo nº 005/2010 ao Convênio nº 0095/2007 da prefeitura de Londrina.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente ad hoc Roberto Teixeira de Freitas, agradeceu a todos e deu por encerrada a 168ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Sandra Cristina Barbosa, lavrei a presente Ata. Curitiba, 05 de novembro de 2010